

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza – Ceará

RESUMO: Este artigo tematiza sobre as significações da pobreza urbana em territórios estigmatizados das margens de Fortaleza-Ce. Problematisa uma versão individualizada e privatista de significação da pobreza contemporânea inscrita nos discursos de moradores de territórios urbanos estigmatizados. Tais produções discursivas enunciam a reprodução de tendências de naturalização da pobreza associada à (hiper)individualização e culpabilização dos “pobres” pela situação de precariedade da existência nestes espaços. E esboçam traços de despolitização e ocultamento da gênese da (re)produção da pobreza e da figura negativada do “pobre” vinculados ao capitalismo e complexificados em sua configuração contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza, territórios estigmatizados, margens urbanas.

ABSTRACT: This article discusses the meanings of urban poverty in stigmatized territories of the Fortaleza-Ce margins. It problematizes an individualized and privatized version of the meaning of contemporary poverty inscribed in the discourses of residents of stigmatized

urban territories. Such discursive productions enunciate the reproduction of tendencies of naturalization of poverty associated with (hyper) individualization and blame of the “poor” for the precarious situation of existence in these spaces. And they outline the depoliticization and concealment of the genesis of the (re) production of poverty and the negative figure of the “poor” linked to capitalism and complicated in their contemporary configuration.

KEYWORDS: Poverty, stigmatized territories, urban margins.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo interpreta criticamente significações da pobreza contemporânea inscritas nas narrativas de moradores da região do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce, focando em uma versão individualizada e privatista da pobreza, em suas dimensões da “precisão-necessidade” e da “pobreza de espírito” identificadas nos discursos locais. Trata-se de um recorte de minha tese de doutoramento sobre as produções discursivas e lutas simbólicas acerca da pobreza, da figura negativada do “pobre” e de seus territórios vividos situados nestas margens urbanas. Adoto o termo “*margens urbanas*” por alusão

às reflexões de Vera Telles (2010) para melhor explicitar os espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares ditos “periféricos”, em práticas produtoras da figura do homo sacer em situações imbricadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares.

Esta noção torna-se relevante ainda porque possibilita a (re)construção do campo de pesquisa, o critério de pertinência etnográfica e o modo como se produz a trama descritiva da cidade que permita discutir a “*exceção que se tornou regra*” (AGAMBEN, 2004) e que, segundo Telles (2010), está posta nas dobras do legal-ilegal e das suas fronteiras borradas e embaralhadas que atravessam e ultrapassam as “margens” de distintas cidades contemporâneas. Nesta perspectiva interpretativa, optei pela pesquisa qualitativa, de natureza sócio-antropológica, fazendo recurso à observação participante e às entrevistas em profundidade. O trabalho de campo, realizado nos anos de 2010 a 2014, teve como interlocutores residentes de territórios estigmatizados (WACQUANT, 2005) desta região, perfazendo um total de quarenta e dois entrevistados (as).

Interpretar as experiências de pobreza neste século XXI exigiu apreender seus enraizamentos nos lugares praticados pelos (as) narradores (as) socialmente classificados (as) como “pobres urbanos”. Caminhei ao encontro das narrativas e experiências destes cidadãos em suas lutas simbólicas e construções de micro táticas individualizadas e/ou grupais de distinção social em relação às produções discursivas estigmatizantes projetadas sobre os ditos “pobres urbanos” e seus territórios vividos. Dentre estas micro táticas, assinalo aqui uma versão individualizada e privatista de pobreza, que se expressou nas diferenciações enunciadas nas categorias nativas de “pobreza-precisão/necessidade material” e “pobreza de espírito”. Versão que parece indicar tendências (neo)liberais de hiperindividualização e culpabilização do “pobre” por “sua” condição social, descompromisso com os assuntos públicos e descrédito na política, a reforçar a perspectiva das “saídas individualizadas” versus as “saídas coletivas” nas tentativas cotidianas destes (as) interlocutores (as) para (sobre)viver nas margens urbanas nos anos 2000.

Processos de desqualificação e inferiorização sociais recaem sobre estes residentes das margens, seus saberes e experiências, a reafirmar hierarquias e desigualdades entre indivíduos, grupos e/ou classes sociais, (re)produzidas, cotidianamente, no modo de vida capitalista. Sob esta lógica de classificação social sustenta-se uma atitude de violência político-cultural produtora, definidora e fixadora de lugares sociais e de subjetividades conformistas. E parece expressar uma colonialidade do poder-saber capitalista moderno e ocidental (SANTOS, 2000) presente nas metrópoles contemporâneas, reiterada em suas margens. Institui-se uma produção da não-existência e do descredenciamento dos saberes e experiências de segmentos considerados em situação de desvantagem social, na particularidade desta reflexão, os socialmente (des)classificados de “pobres da periferia”.

No campo das desigualdades sociais, problematizo esta versão naturalizadora

da pobreza, ora traduzida em *efeito inevitável* das transformações do capitalismo contemporâneo em seus processos de mundialização, acumulação flexível, reestruturação produtiva, reformas do Estado, desmonte dos sistemas de proteção social, destituição real e simbólica dos direitos sociais. Pobreza remetida, por vezes, ao campo da responsabilidade individualizada sobre o “sucesso” ou “fracasso” social. Os ditos “pobres” aparecem, cada vez mais, não só culpabilizados por sua condição de pobreza, senão também suscetíveis à suspeição e à criminalização, posto que tornados problemas de “lei e de ordem”, representados como a encarnação atualizada das novas-velhas “classes perigosas”. A “culpabilização” dos “pobres” por sua condição social – esta figura negativada de cristalização dos “fracassados” da sociedade de consumo – e a reclassificação da pobreza como problema criminal colocam-se como tendências sobrepostas aos processos socioeconômicos e político-culturais de sua produção e reprodução no capitalismo deste século XXI.

A análise crítica destes processos parece embotada e varrida de nosso horizonte de sentido enquanto a figura do “pobre” permanecer estigmatizada – alvos de uma classificação negativada, de descrédito social e de criminalização – sob a versão de naturalmente inferior, invisível e desimportante em seus saberes, cultura e experiências. Trazer aqueles socialmente classificados “pobres” para o debate público e crítico pode auxiliar nas possibilidades de desconstrução desta lógica hegemônica da (des) classificação social e das correlatas segregações sócioterritoriais a estes impelidas, a ampliar as alternativas de resignificação e criação de outras formas de existir na cidade e nas margens urbanas a partir das experiências de seus moradores.

Compreendo que os residentes em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim não são somente alvos desta lógica de (des)classificação produtora de inexistências sociais. Ao sentir e viver a condição periférica de estar “às margens das margens” de Fortaleza-Ce, estes agentes elaboram os seus “conceitos nativos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) sobre a situação de pobreza e a classificação de “pobres” a que se encontram submetidos. Além de classificados socialmente, também (re)classificam, em seus próprios termos e sentidos, a si e aos outros residentes em seus espaços vividos e circunvizinhança considerados “periferias” de Fortaleza. Seus esquemas classificatórios sinalizam micro táticas de distinção social com relação às modelizações negativadas hegemônicas, projetadas sobre as margens urbanas e seus moradores. Figurações públicas consideradas fundamentais porque pertencentes à ordem de símbolos, valores e crenças que governam a vida brasileira dos anos 2000 e que parecem legitimadas nas zonas citadinas ditas “centrais” e “periféricas”.

Nestes espaços urbanos nomeados de “periferias”, identifiquei tensões e dissensos em termos das significações da pobreza e de “ser pobre” das e nas margens em face de modelizações hegemônicas estigmatizantes. E, mesmo, negações da pobreza e do “ser pobre”, como auto referência por parte de seus moradores assim nomeados. Destaco as (re)classificações nativas de “trabalhador-batalhador”, “classe média baixa” e “humilde” apreendidas nos relatos dos (as) entrevistados (as). Dentre

estas, destaco a categoria nativa de “trabalhador-batalhador” que, na versão dos (as) interlocutores (as), traduz-se na figura do indivíduo que tenta superar, por seus próprios méritos e pela via do trabalho, a situação de pobreza material e obtenção do acesso ao universo do consumo de mercadorias, esta expressão da promessa de felicidade e ascensão social no Brasil contemporâneo. Em seus discursos e práticas, tais agentes reiteram a ética do trabalho, o esforço individual e a visão prospectiva (a esperança no futuro), contando com a família como um suporte afetivo e financeiro nesta busca de ascensão pretendida. Na “batalha” da vida, estes interlocutores buscam tornarem-se “vencedores” em perspectiva sintonizada com o atual contexto político e cultural dos tempos de capitalismo flexível. Guardadas as possíveis proximidades com as discussões de Souza (2010) acerca de uma nova classe trabalhadora brasileira à qual nomeia de “batalhadores”, a categoria “trabalhador-batalhador” adotada nesta reflexão consiste em conceito de *experiência próxima* (GEERTZ, 2000) apreendida a partir dos discursos de meus interlocutores no micro contexto do trabalho de campo.

Associadas à supracitada (re)classificação social de si e de residentes “outros” de seus territórios vividos e de seu “entorno”, identifiquei ainda outras **duas micro táticas de distinção social** construídas entre os moradores destas margens urbanas: a **transferência de estigmas** – classificações sociais negativadas e de descrédito – projetados sobre pessoas e lugares considerados geograficamente próximos e socialmente distantes; e o **evitamento social**. Esta última micro tática distintiva tornou-se possível mediante a classificação de certos tipos considerados desacreditados socialmente em seus territórios vividos e dos quais os (as) interlocutores (as) afirmaram evitar “se misturar”. Para tanto, engendraram discursos e práticas sócio fóbicos reiteradas em sua dinâmica vivencial cotidiana.

Em suas (re)classificações distintivas, estes (as) narradores (as) pareciam questionar a máxima das “periferias” como “*lugar de pobres*”. E delineavam seus conceitos nativos de pobreza urbana e “ser pobre” em tempos contemporâneos. Em suposta contraposição ao estigma da pobreza urbana, reeditavam e re-significavam o clássico par relacional e aparentemente dicotômico “trabalhador” *versus* “bandido” adotado para (re)classificar a si e aos demais moradores destes territórios estigmatizados. Seria mais apropriado falar de categorias relacionais na configuração local de “trabalhador-cidadão” e “vagabundo-bandido”, conforme são usadas por meus interlocutores em seus territórios. Traduzem nomeações ambíguas que ora negam a auto referência à pobreza, ora as consideram subclasses opostas dentro de uma classificação hierárquica dos “*pobres das e nas periferias*” desta cidade. Veem-se novamente enredados em classificações sociais produtoras de formas de não-existências projetadas de maneira homogênea sobre “todos” os residentes destas margens urbanas.

Estes atores classificados socialmente de “pobres” também erigem fronteiras simbólicas entre si e protagonizam lutas simbólicas (BOURDIEU, 2009) instituídas cotidianamente em seus territórios inscritos nas margens de Fortaleza. Em suas (re)

classificações internas, a hierarquização entre os “pobres” locais torna-se uma outra micro tática distintiva com relação à figura historicamente estigmatizada do “pobre das periferias”. Ambiguamente e pela mesma tentativa de escapar às modelizações negativadas por meio de suas produções discursivas, as reproduzem e as transferem sobre os “outros” do lugar. De maneira correlata, reiteram a hierarquia social e o lugar inferiorizado atribuídos aos “pobres” no viver nas margens urbanas brasileiras neste século XXI.

Para melhor compreender esta dinâmica de (re)classificações, distinções e delineamento de hierarquias sociais entre os “pobres” urbanos, demarcatórias de fronteiras simbólicas entre estes (des)iguais arquitetadas a partir de seus territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, priorizei, neste artigo, discutir criticamente os conceitos nativos de “pobreza” e “ser pobre” em uma das versões mais enfatizadas nos relatos de meus interlocutores: **a pobreza individualizada e privatista**, demarcatória de diferenciações entre uma “pobreza-precisão/necessidade material” e uma sintomática “pobreza de espírito” em tempos (neo)liberais.

2 | PROBLEMATIZANDO UMA POBREZA INDIVIDUALIZADA E PRIVATISTA NAS MARGENS URBANAS: “POBREZA-PRECISÃO” VERSUS “POBREZA DE ESPÍRITO” NAS VERSÕES NATIVAS

2.1 Diante da “Pobreza-Precisão”, o Esforço Individual pelo Trabalho

A versão da pobreza individualizada, ou seja, concebida como atributo individual e remetida à esfera privada – tendência de viés liberal bastante difundida nestes século XXI – foi predominante e a mais recorrente nas falas dos (as) entrevistados(as). Este seu primeiro enfoque – da pobreza “precisão” ou “necessidade” material – diz respeito à falta absoluta ou precariedade no acesso ou satisfação de condições de existência que consideram mínimas. Além de citarem a expressão limite desta pobreza material, a fome por ausência de garantia de alimentação diária regular, também se referiram à falta de moradia, vestuário/calçados e trabalho somada à escassez de dinheiro.

O caminho considerado moralmente superior para escapar à dimensão desta pobreza é ter um “meio de vida” – trabalho – cada vez mais precarizado, informal e creditado às mulheres nestes territórios estigmatizados. Ressalto que o papel de “provedora do lar” vem assumido crescentemente pelas mulheres-mães e/ou avós, tornando-se a figura masculina bastante fragilizada, intermitente ou ausente nas famílias com as quais dialoguei durante a pesquisa de campo. É a situação vivida pela artesã Magali, 33 anos, residente no Bom Jardim e usuária titular do Programa Bolsa Família (PBF), mulher-mãe chefe de família, dois filhos adolescentes e o marido usuário de droga ilícita. Em seu percurso de caseira e cozinheira – únicos trabalhos formais, “de carteira assinada” – ao de faxineira/diarista e, hoje, “artesã” e vendedora

ambulante de tapetes de retalhos nas praças do Centro de Fortaleza, mantém-se inscrita nas malhas da informalidade e precarizações do trabalho que lhe garante sustentar a família e não sucumbir à pobreza material absoluta.

Se o trabalho é esta alternativa à temida “pobreza-precisão” absoluta, as experiências prevalecentes de informalidade e precarizações não lhe permitem ultrapassar a tantas outras situações de incertezas e dificuldades enfrentadas cotidianamente por esta mulher-mãe-provedora do lar. Usuário de “mesclado” (droga ilícita que combina crack e maconha), o marido de Magali não se mantém em trabalhos fixos faz nove anos. Trabalha esporadicamente – fazendo “bicos” – que não lhe garantem nem renda suficiente para sustentar a família, nem para pagar suas “dívidas de drogas”, por vezes, creditadas à esposa. Situação recorrente no cotidiano das famílias de alguns de meus interlocutores, em especial, adultos e jovens do sexo masculino, envolvidos com o narcotráfico, na condição de consumidores e/ou nos circuitos de mercantilização de drogas ilícitas, com amplo crescimento do crack nas “periferias” de Fortaleza. Importa salientar que estes elementos interferem nas dinâmicas vivenciais destas famílias em condição de pobreza material residentes nas margens das margens. No caso específico de Magali, a condição de “usuário de drogas” de seu marido atinge, em especial, seu trabalho, para ela estruturante por render-lhe o suficiente para suprir as necessidades familiares e torná-la uma “trabalhadora” distinta de quem considera os “pobres” locais.

Os frequentes conflitos familiares, em meio a violências domésticas (físicas e psicológicas) e separações/reconciliações do casal, foram significativos em sua “decisão” de abandonar o emprego formal e ariscar-se em “trabalhar por conta própria”. Suas tentativas de manter seu marido na posição de “pai de família” e “cidadão” – leia-se aqui, não envolvimento direto com o “mundo do crime” (FELTRAN, 2010) – remeteram, à época da pesquisa, a frustrados esforços pessoais em ajudá-lo, exigindo-lhe mais tempo e dinheiro para dispor para os assuntos domésticos. Pagava suas “dívidas de droga” e sustentava-o em casa, na esperança de poupá-lo das cobranças de traficantes que, via de regra, resultam em execuções sumárias dos devedores. Magali é, assim, a “provedora de seu lar”, responsável pelos cuidados com a família, pela compra e reforma de sua casa própria, pelas negociações das “dívidas de droga” do marido junto aos traficantes locais, a exemplo de outras mulheres-mães nestas margens. O trabalho precarizado vem assumido como valor moral e único caminho no enfrentamento da pobreza material, estruturante de sua auto-imagem de “trabalhadora-batalhadora”! Conforme declarou, *família*, trabalho e casa são valores importantes que tenta conciliar com a versão precarizada de seu “trabalho por conta própria”, considerado a alternativa moralmente superior para escapar à pobreza material absoluta.

Todavia, quando a saída individualizada pelo trabalho não é possível ou o salário insuficiente para garantir a satisfação de necessidades materiais mínimas, poder contar com o suporte econômico e afetivo da família extensa e/ou a “ajuda” de terceiros ainda

permanecem fundamentais para muitos não sucumbirem e/ou permanecerem no nível de “pobre, pobre, pobre”, o “pobre mesmo”, o “pobre demais”, considerados em escalas inferiores na classificação de “pobre dos pobres”. Nesta condição de miséria absoluta, passar fome, não ter moradia (mesmo de aluguel) e morar na rua são as características mais evidenciadas por interlocutores, reportando-se às figuras de mendicantes e populações de rua. A estes, a “ajuda” deve ser garantida e seus beneficiários são reconhecidos como dependentes da “ajuda dos outros” pela “precisão”, incluindo aqui as ações sócio-assistenciais estatais, de familiares, vizinhos e desconhecidos.

Alguns de meus interlocutores reconheceram a existência desta pobreza material persistente em seus territórios. Entretanto, não a admitiram como categoria de auto referência e nem se consideravam nesta condição social. Quando admissível, é reportada às experiências de “outros”, submetidos a processos de difamação lateral e evitamento social. Esta “pobreza-precisão” é vista como passageira e deveria ser superada pelo esforço individual – seus próprios méritos – pela mediação do trabalho. Somente nestes termos ora explicitados, pode ser socialmente tolerada, permitindo a desculpabilização temporária de seus membros e o “merecimento de ajuda” por parte de terceiros. É o esforço individual em “batalhar, trabalhando” para superar tal condição que, supostamente, negaria a posição social negativada de “pobre” e/ou de “pobre dos pobres”, nomeações abomináveis para parcela destes narradores, nesta versão individualizada de experienciar a pobreza.

Quando indagava aos narradores se conheciam alguém que nomeassem de “pobre, relutavam em responder. Afinal, chamar alguém de “pobre” nestes territórios pode ser interpretado como uma “humilhação-inferiorização” e, ao mesmo tempo, pôr-se como “superior” – uma “pessoa besta”, “orgulhosa”, “que quer ser melhor que os outros” – posição também evitável segundo interlocutores (as). É necessário ter, no mínimo, cautela para designar como “pobre” alguém de suas teias relacionais locais. Esta figura urbana carrega em si as marcas da classificação negativada – um estigma social individualizado – e da desqualificação social tão entranhadas no nosso imaginário que, ainda quando incluídos em programas sociais estatais destinados aos ditos “pobres e extremamente pobres”, a tendência prevaiente foi negá-la tanto para si, como para designação de outrem de suas teias relacionais próximas. Pobreza e a identificação de “pobre” tornaram-se rótulos temerários para estes moradores das margens urbanas, indicativos do “desvalor do pobre” (SOUZA, 2006) reiterado em nosso imaginário urbano. As micro experiências pesquisadas apontam para uma busca de distinção social, ora pela via da construção de imagens aparentemente dicotômicas – de “trabalhador” *versus* a de “pobre” – ora pela ambiguidade entre ambas. Neste século XXI, a perversa proximidade (re)estabelecida no senso comum entre pobreza-violência-criminalidade e entre “pobre” e “vagabundo-bandido”, conforme identifiquei nas modelizações negativadas divulgadas na mídia local e também (re)produzida em discursos nativos, o cuidado é redobrado ao identificar algum dos moradores de seus territórios vividos com esta insígnia de desqualificação e estigmatização sociais.

A defesa de uma “ética do trabalho” – ainda que idealizada em tempos de precarização, informalidade e desemprego estrutural – ou o esforço concreto de permanecer trabalhando para sustentar a si e sua família, apesar do salário insuficiente não permitir alcançar esta meta somados à atitude declarada de evitar envolvimento direto com as atividades ilícitas do “mundo do crime” são importantes nesta identificação local como “pobre” em termos da pobreza material admissível e “merecedora de ajuda de terceiros”. Denotam, portanto, alguns elementos distintivos de outro tipo abominado nesta versão da pobreza individualizada e privatista identificada entre os interlocutores-residentes destas margens urbanas: a “pobreza de espírito” e a correlata imagem do “pobre de espírito” ou “pessoa de espírito baixo”.

2.2 A Desqualificada “Pobreza de Espírito”: Símbolo de “Fracasso” Social Individualizado?

A classificação de “pobreza de espírito” emergiu como um tipo desta pobreza individualizada negada, desqualificada e combatida com veemência por parcela significativa dos entrevistados. (Des)classificação da qual buscam distinguir-se socialmente, transferindo-a para pessoas e lugares “outros”. Para estes interlocutores, ser nomeado “pobre de espírito” significa estar inscrito em níveis inferiores na hierarquia social e moral em seus locais de moradia. Mesmo para quem recebe a alcunha de “pobre dos pobres” ou afirma-se “pobre” – sinônimo de “necessidade” ou “precisão” material – a “pobreza de espírito” parece-lhes um “mal” do ponto de vista de atribuir aos assim designados um lugar de inferioridade e vergonha sociais porque associada à imagem de um propalado “fracasso” individual. A versão negada e transferida de pobreza e do “ser pobre” é esta vinculada à “pobreza espiritual”, que repõe para o indivíduo a culpa por sua condição material de necessidade insuperável e o lança à desqualificação social em suas teias relacionais próximas. A pobreza material absoluta torna-se intolerável e renegada quando passa a ser vista como resultado de uma “pobreza de espírito”, um atributo encarnado do “pobre de espírito baixo”. Instaura-se, nesta perspectiva, uma hiperindividualização do “fracasso”, traduzido na persistência desta pobreza material como atributo individual e reitera a figura do “pobre” como principal responsável pela situação em que se encontra. Nesta perspectiva, ser nomeado “pobre” corresponde à proclamação pública deste “fracassado” individual, expresso socialmente na condição de pobreza material, sobretudo, a absoluta.

Para alguns destes interlocutores, a “pobreza mesmo” e seu correlato “ser pobre, pobre, pobre”, o “pobre mesmo” ou o “verdadeiro pobre” – inscritos na versão dos “pobres dos pobres” em termos de uma persistente e/ou absoluta pobreza material, “muita precisão” ou “necessidade” – só existiria para os de “espírito baixo”. Conforme amplamente enunciado, a pobreza material tolerada e admitida tem como contraponto o esforço individual para seu enfrentamento e/ou superação pelo trabalho, mesmo quando, momentaneamente, “sem trabalho pra trabalhar”. Caso contrário, passaria a

constituir-se em resultado desta “pobreza de espírito” específica da “pessoa de espírito baixo” ou “pobre de espírito”. Não haveria tolerância ou admissão da persistência da pobreza material e tampouco merecimento da “ajuda” de terceiros para quem permanece conformado com sua situação, *“esperando ajuda dos outros”, “não se sacrificam”, “não correm atrás”* para *“melhorar de vida”*.

O contraponto ao “pobre de espírito baixo” seria o “espírito batalhador”. No olhar dos autodesignados “batalhadores”, a pobreza e seu correlato “pobre” são reportadas à figura negativada do “pobre de espírito” como expressão limite de um “fracassado” individual expresso socialmente na condição de pobreza material naturalizada e individualizada para quem a vivencia e para quem assim o classifica. Nesta perspectiva, a designação de “pobre de espírito” associa-se à acusação e/ou julgamento moral do indivíduo assim culpabilizado por sua condição de pobreza material como atributo pessoal e irrevogável daqueles que, supostamente, não se esforçaram para superá-la, configurada como uma “pobreza infernal de quem não quer nada!”, conforme enunciou uma interlocutora de pesquisa.

Pobreza associada a certo julgamento-acusação moral – no caso de famílias onde não identificam este esforço individual pelo trabalho – atribuindo-lhes um lugar de inferioridade da qual os “trabalhadores-batalhadores” buscam distinguir-se socialmente. O chamado “pobre de espírito” encarnaria, assim, a figura contemporânea do “fracassado” da sociedade de consumo contemporânea e, supostamente, carregaria uma pobreza subjetiva entrecruzada à material. Nos termos nativos, seria alguém sem alimentação regular e/ou “passa fome” frequentemente; sem moradia, nem alugada; sem trabalho; sem religião e/ou sem Deus; sem vontade e coragem para vencer; sem espaço, sem poder ir além (limitado e sem lugar no mundo, chagando a viver nas ruas); aquele que acha que não pode ter nada, que se acha pobre; quem não pode comprar ou desejar alguma coisa; quem abandona a família; inserindo os usuários de drogas ilícitas e os alcoólatras. Estes elementos identificados aos “pobres de espírito” traduzem-se em verdadeiras nomeações-símbolos de estigmatização local. Designa pessoas desacreditadas e alvo de acusações e de evitações sociais nestes territórios.

Na versão dos “batalhadores-trabalhadores”, o “pobre de espírito” expressa falta/ negação e acomodação, representado como “pessoa desleixada” e que “só vive à espera de ajuda dos outros”, seja do “governo”, da família, de vizinhos ou de desconhecidos. Traduz uma nomeação-insígnia do “fracasso social” creditado ao “fracasso individual” destes residentes nas margens urbanas, sobretudo, quando privados do acesso aos bens de consumo considerados símbolos de prestígio individual reconhecidos em nossa vida brasileira do presente. Eis as significações atribuídas à “pobreza de espírito” negada como auto referência por parte dos autoproclamados “trabalhadores-batalhadores”, por considerá-la uma humilhação execrável, todavia, por vezes, reproduzida para estigmatizar seus (des)iguais.

Na perspectiva do “batalhador”, a pobreza material ou a “falta de dinheiro” poderia ser compensada, então, pela “riqueza espiritual”, que consistiria em atributo

individual de quem não se acomoda e “nem é desleixado com a vida”, tem “fé em Deus” e “batalha” para ser um “vencedor”. Atributo demonstrável nas “conquistas” ditas materiais – alimentação diária, moradia própria, sustento da família, pagamento de contas, superação de dificuldades econômicas – e imateriais – manter ou melhorar de trabalho, perspectiva de futuro e esperança de “melhorar de vida”, cuidar da família, ter força de vontade, ajudar os outros, ter religião, obter respeito dos vizinhos, participar em ações grupais locais – que, necessariamente, não precisam vir associadas. Os “batalhadores” reiteram, em primeira instância, a “ética do trabalho” e a “esperança no futuro” em seus esforços individuais permanentes para tornarem-se “vencedores” na sociedade de consumo. São referências a partir das quais orientam-se como seus símbolos de prestígio social local em comparação aos símbolos de estigmatização atribuídas aos “pobres de espírito”. Afinal, se dizem dotados de um “espírito batalhador”!

3 | CONCLUSÃO

Nas versões relacionais do “espírito batalhador” e do “pobre de espírito”, assumidas nas narrativas ora interpretadas, estes interlocutores parecem celebrar a figura do indivíduo desligado de suas pertencas sociais (atomizado) e elevado ao patamar de único responsável por governar suas relações com as incertezas e inseguranças inscritas neste viver precário nas margens de Fortaleza-Ce. Parecem comungar de um individualismo extremo – um hiperindividualismo, na expressão cunhada por Lipovetsky & Serroy (2011) – vigente na tendencial cultura narcísica (LASCH, 1990) contemporânea, na qual prosperam a autonomização da existência individual centrada em si mesma, a busca do prazer, do bem-estar pessoal e consumidor, a flexibilização dos liames sociais, o descomprometimento para com os assuntos públicos e o descrédito com a política. Aspectos que contribuem para a fabricação social de um indivíduo, senão incapaz, ao menos fragilizado para lidar com as “condições” de precariedade da vida que extrapolam o nível de suas escolhas e esforços hiperindividualizados para tentar enfrentá-las e/ou superá-las.

O hiperindividualismo – na proclamação ao “indivíduo livre e senhor de si” – tende a produzir o seu contrário, alerta Lipovetsky (1994): um indivíduo que “mais aparece vulnerável, frágil, desarmado internamente”. Condição traduzida no drama do isolamento/solidão afetivo e social, em experiências sociais vividas como fracassos pessoalizados, na insegurança interior de um “eu mínimo” fragilizado e ensimesmado, sintonizado com a “*lógica do sobrevivencialismo*” à qual *cada um e todos* e, em especial, as camadas pauperizadas, encontram-se submetidas à busca pela sobrevivência no *aqui-e-agora*. “*Sobreviver*” torna-se o imperativo da vida humana na contemporaneidade (LASCH, 1990). E, de fato, tal imperativo de “sobreviver” tem adquirido dimensões trágicas em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, dada a densidade de precariedades sócio-econômica e civil à qual se encontra

submetida uma considerável parcela de seus moradores, presos a “condições” que escapam à sua “riqueza espiritual e/ou ao seu “espírito batalhador”.

Contudo, inscrita nesta tendência de hiperindividualismo, as engenhosas saídas individualizadas e privatizantes empreendidas pelo “espírito batalhador” e autoproclamado portador de uma “riqueza espiritual” diante do peso de uma “pobreza material” cotidianamente vivida por meus narradores, escamoteiam um aspecto fundamental na interpretação crítica desta versão de pobreza: o de que os homens fazem história sob *condições determinadas*, para retomar aqui uma frase ainda atual de Marx, nestes tempos de capitalismo flexível mundializado. Vivemos uma época de precariedade instaurada em múltiplas dimensões da existência humana, extrapolando o mundo do trabalho, fundando incertezas e inseguranças objetivas e subjetivas generalizadas e cotidianamente vivenciadas no tempo presente. Afinal, as condições sócio-históricas e político-culturalmente construídas sob uma *precariedade que está em toda parte*, segundo afirmou Bourdieu (1998) – sob a qual estamos expostos a processos de inseguranças e incertezas generalizadas e permanentes em múltiplos campos do viver – limitam as “escolhas” posta em âmbitos puramente individualizado e privatizado. Precariedade inscrita em um *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição desta situação generalizada e permanente de insegurança (BOURDIEU, 1998).

Esta configuração contemporânea da “precariedade” torna-se superior técnica de poder-submissão “(...) porque abandonou as pessoas aos seus próprios recursos, lamentavelmente inadequados quando se trata de ‘controlar’ sua condição atual, um controle forte o bastante para encorajar pensamentos para mudar o futuro. O descomprometimento é o mais atrativo e praticado jogo da cidade hoje em dia” (BAUMAN, 2008: 20). De maneira contundente, esta conotação da pobreza recolocada à figura idealizada do *indivíduo livre e igual capaz de fazer escolhas e assumir o comando sobre sua vida* – hiperindividualizada e quase que independente das “condições não escolhidas” produtoras da dinâmica de precariedade à qual se encontra impelido – parece convergir com a tendência de gestão territorial da pobreza urbana pela via estatal punitiva-penal complementar à assistencialização focalizada nos “pobres e extremamente pobres”, em curso no Brasil deste século XXI. E permite entrever traços fundantes desta versão (hiper)individualizada e privatizada de pobreza vigente nas experiências nativas: a naturalização, a despolitização e o ocultamento da gênese da produção e reprodução da pobreza e da figura do “pobre” vinculada à lógica estruturante do capitalismo em suas expressões contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. .Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

BEZERRA, Leila M. Passos de S. Pobreza e lugar nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-Ce.

BOURDIEU, P. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto. São Paulo. São Paulo: Moderna, 1999.

LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Para um novo senso comum, v. 1).

YASBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 110. São Paulo: Vozes, abr./jun. 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. MANA, v. 8, n. 1, pp. 113-148, 2002a.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

